

A Fronteira Oeste nos pronunciamentos das elites políticas

JOÃO EDSON DE ARRUDA FANAIA*

Introdução

O título do artigo é o mesmo utilizado em meu projeto de pesquisa elaborado a partir de indagações formuladas em trabalho anterior, porém, no meu entendimento demandam o prosseguimento de um conjunto de reflexões não produzidas anteriormente e nos motivam a dar continuidade às pesquisas. Refiro-me de modo específico ao papel das *elites* políticas mato-grossenses na construção de determinada percepção da Fronteira Oeste e o esforço no sentido de nacionalizar o tema retirando-o do âmbito regional. Como percurso escolhido do ponto de vista documental, enquanto fonte primeira para o estudo da questão priorizamos a leitura dos Anais da Câmara e do Senado Federal e os respectivos pronunciamentos da bancada mato-grossense. Isto não significa evidentemente desconsiderar outras possibilidades exploratórias a partir de um conjunto de fontes diversificado que nos permita abordar o tema de ângulos distintos, a ressalva é feita no sentido de estabelecer os parâmetros de leitura e percepção adotados neste texto.

As principais problematizações que norteiam este artigo podem ser resumidas da seguinte forma: como as elites mato-grossenses utilizam o tema fronteira em seus discursos para situar o Estado na agenda de debates no Parlamento Federal? Que representação as elites constroem a partir da forma como utilizam o conceito de fronteira? Quais paradigmas servem de referência para as elites como suporte aos argumentos utilizados em suas falas?

Evidente que a partir das problematizações apresentadas surgem outros questionamentos a serem expostos no transcorrer do artigo. Cabe destacar que se trata de pesquisa em andamento e neste sentido, apenas parcialmente podemos expor inferências desenvolvidas até o momento.

*Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Membro do Grupo de pesquisa Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade.

Tomemos como ponto de partida, apenas para balizamento temporal, a última década do século XIX, momento de passagem de regime baseado em uma estrutura monárquica para a forma republicana de instituição das relações políticas.

No caso dos discursos proferidos pela pequena bancada parlamentar de Mato Grosso, a fronteira e as questões a ela relacionadas era tema recorrente, seja para tratar de eventuais escaramuças com países vizinhos, fuga de personagens políticos em virtude das disputas políticas regionais,¹ além de bandos de grupos armados² com maior ou menor organização contribuía para a edificação de um papel negativamente sacralizado da extensa área fronteiriça.

Não podemos afirmar que havia um padrão argumentativo pré-estabelecido intrínseco aos discursos, ou seja, uma estratégia³ conjunta de ação devidamente arquitetada para dar a maior relevância ao mote dos pronunciamentos, mas é possível inferir que parte expressiva das falas da tribuna continha como dado singular, relações com as demandas do Estado.

Devemos também ressaltar que a construção de uma determinada representação do Estado, vai sendo forjada no interior de uma ambiência política hierarquizada e por esta razão, assume um papel importante enquanto estratégia para a inserção de Mato Grosso nacionalizando suas questões regionais, entre elas, as relativas à fronteira.⁴

Ao mapearmos as falas proferidas percebemos a regularidade em relação a temas tomados pelas elites como representantes das questões regionalizadas consideradas mais importantes, sob a ótica evidentemente dos emissores que os produziram e do lugar de onde

¹ Para leitura mais detida destes dois aspectos iniciais sugerimos a leitura do capítulo dois do trabalho de João Edson de Arruda Fanaia intitulado “Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República 1889-1930”.

² Sobre os bandos armados que atuaram em Mato Grosso especialmente durante a Primeira República e o seu desmantelamento a partir da centralização política ocorrida nos anos e com mais vigor no período estadonovista ver Valmir Batista Correa e o seu trabalho Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943).

³ Ao analisar o conceito de estratégia e na forma como determinados atores pontuam suas práticas, entendemos como importantes as reflexões de Bourdieu que afirma: “O bom jogador que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas nunca perfeitamente idênticas.” P. 81.

⁴ Estamos neste ponto nos referindo ao modelo federalista implantado na Primeira República onde, via de regra, o peso e importância de uma determinada unidade da federação estavam profundamente vinculadas à dimensão de sua bancada e representatividade no concerto político nacional.

as emitiam. Com este procedimento ora mais, ora menos articulada, em decorrência da conjuntura política local, acabava por criar um estatuto particular para o tema fronteira. Era uma forma da diminuta bancada de mato grosso na Câmara estabelecer uma ponte do local com o nacional.

Os pronunciamentos

Não podemos perder de vista o fato de que as manifestações partem de um determinado ponto. São proferidas por determinado grupo social, qual seja, os representantes de Mato Grosso na Câmara e Senado Federal, significa dizer, de parcela específica da sociedade privilegiada do ponto de vista do lugar que ocupa e dos lugares entendidos como espaços institucionalizados donde são geradas falas e pronunciamentos sobre temas diversos, porém em determinados momentos nuançados quando se tratava de formular uma imagem positiva do Estado desgastada pelas lutas intestinas.

Os Anais da Câmara e Senado Federal constituem, neste sentido, importante acervo donde é possível extrair dos debates volume expressivo de informações e pontos de vista conformadores da percepção dos contendores que reforçam uma leitura específica do lugar de Mato Grosso no cenário nacional. Acerca da importância dos discursos e pronunciamentos, nos apoiamos em Durval Muniz, que desenvolve instigante reflexão como podemos verificar no trecho seguinte:

“Os discursos e pronunciamentos, ao serem vistos como monumentos, não são apenas ornamentos retóricos, nem argumentos de provas no discurso do historiador. Não são apenas fontes através das quais pesquisamos, estudamos um dado objeto ou acessamos as ideias, sentimentos, desejos ou objetivos de dados sujeitos, mas eles se tornam matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos que deles falam, mas são constituídos por eles. Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, ou seja, somente ao expressar suas ideias, pensamentos, emoções, desejos, afetos, posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma dada identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu. O sujeito só se torna

autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emiti-lo". (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009).

Com relação ao primeiro item importa salientar que conceitualmente a palavra fronteira assumiu e assume distintas percepções. Entendemos que não podemos descolar o sentido e significado atribuído ao conceito de fronteira do momento sócio-político vivenciado no final do século XIX e início do XX no Brasil, significa salientar não apenas a passagem do regime monárquico para o republicano, mas tomar na devida conta os significados intrínsecos ao regime instaurado em 1889 relacionando-o com as reflexões acerca do que éramos e podíamos vir a ser, tema caro à denominada geração de 1870. Pensamos aqui desde a apregoada perspectiva da mudança de patamar *metafísico* para o *positivo* aos acalorados debates sobre a possibilidade de construção de um projeto civilizador em espaço continental perpassado pela mestiçagem.⁵ Importante reflexão faz Castro Gomes sobre o entrelaçamento do pensamento cientificista no Brasil e a ânsia em melhor “cartografar” a jovem nação republicana, para ao melhor compreendê-la, apresentar-lhe um projeto. Nesta perspectiva a autora afirma o seguinte:

A República, portanto, deveria incluir entre suas principais preocupações a garantia de seu território, não só do ponto de vista das providências políticas necessárias à delimitação segura e definitiva de suas fronteiras externas, mas também do ponto de vista do conhecimento de suas potencialidades e problemas. Só assim uma efetiva ocupação poderia se realizar. De fato, desde o início da República existiu um forte consenso quanto à necessidade de produzir informações sobre o imenso espaço geográfico ocupado pelo país, para o que se tornava estratégica uma série de ações que poderiam e deveriam envolver viagens científicas, de reconhecimento, de estudos históricos, etnográficos e geográficos sistemáticos... (GOMES, 2002: 158).

⁵ Sobre o tema ver o trabalho organizado por André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz, sobretudo, os autores de linhagem cientificista e suas reflexões sobre a crença na ciência como ponta de lança para o progresso nacional e a inserção de áreas consideradas “inóspitas” tomadas por “sertões” desabitados no desenvolvimento conjunto da nação.

Se me perguntam quanto à possibilidade dos personagens políticos visíveis neste artigo terem lido Ratzel, Turner⁶ ou outros autores presentes em sua contemporaneidade com reflexões sobre fronteira, afirmo muito sinceramente que não sei.⁷ O que há no meu entendimento é uma vinculação entre as falas proferidas desde o alvorecer republicano pelas elites mato-grossenses e um sinuoso “projeto”, talvez fosse mais apropriado dizer de aspiração à verticalização da nacionalidade, utilizados como recurso retórico no interior de um discurso secular.

O aprofundamento de estudos prosopográficos pode auxiliar e muito, na formulação de um trabalho mais abalizado onde se identifique com maior clareza a relação entre formação intelectual, vinculações familiares e políticas na constituição de uma grade de discursos a respeito da temática Fronteira Oeste.⁸ O predomínio parece-me de uma perspectiva onde a questão de delimitar de maneira vigorosa a fronteira orienta as falas. Evidente que não poucas vezes, os autores dos discursos estavam direta ou indiretamente vinculados a ações cujo objetivo era o ingresso ilegal de trabalhadores paraguaios ou bolivianos em empreendimentos operados no Estado. Os representantes de Mato Grosso ao pronunciarem demarcam um território e espaço de discussão específico e procura tornar o desconhecido, visível o anuviado transparente assumindo a perspectiva do olhar litorâneo, reforçando o viés de preconceito então em voga.

Para as elites mato-grossenses a fronteira é sim entendida como limite e sua transposição nas mais diferentes formas torna-se ilegal se não autorizada previamente. Este é no meu ponto de vista um dos aspectos nodais trabalhados pelos atores políticos de Mato Grosso ao largo da Primeira República, este eixo norteia os argumentos e as manifestações da

⁶ZANIRATO, Silvia Helena. *Problemáticas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos em torno de um conceito*. Conferência proferida na UNEMAT em Cáceres no ano de 2010, mimeo.

⁷ Este sem dúvida é um dos pontos que pretendemos necessitamos aprofundar, ou seja, verificar do ponto de vista conceitual onde os autores dos pronunciamentos ancoram seus argumentos. Neste aspecto, o estudo coletivo das biografias dos parlamentares mato-grossenses nos auxilia, na medida em que podemos cruzar os dados e verificar as “escolas” formadoras do pensamento da elite local.

⁸Os estudos prosopográficos tem dado aos estudos do político importante contribuição no sentido de melhor perceber a relação mais ou menos intensa entre a formação das elites e as possíveis correspondências com suas práticas discursivas e não discursivas permitindo uma leitura de conjunto de grupos sociais específicos CHARLE, Cristophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

bancada federal. Observemos alguns trechos em que as manifestações no Parlamento federal procuram abordar o tema procurando estabelecer uma conexão do local com o nacional. O que podemos verificar é a defesa veemente de investimentos públicos, sobretudo federais como mecanismo potencializador do “progresso” de Mato Grosso traduzido na combinação, povoamento, diga-se ocupação dos denominados espaços “vazios” e vias de comunicação e a fronteira servia como pano de fundo para a construção dos argumentos. Verifiquemos inicialmente os argumentos do senador Aquilino do Amaral:

Com efeito, o problema das diversas indústrias nascentes de Mato Grosso, o fomento do comércio em todo o seu território, o aproveitamento de todas as riquezas existentes em amplíssima vastidão de suas ubérrimas terras acham-se estritamente ligadas e dependentes do estabelecimento de uma via de comunicação rápida da capital do Estado ao litoral brasileiro...

Trata-se mesmo de uma questão de vital interesse nacional – não só porque a prosperidade da União depende indubitavelmente do progresso material dos Estados – como ainda e praticamente porque a garantia da integridade nacional desta parte do território brasileiro se achará perigosamente ameaçada enquanto o Estado não dispuser de comunicação com o litoral marítimo do Brasil, independentemente da via Paraná-Paraguai.⁹ (Grifo nosso).

Outro parlamentar, o deputado Paes Barreto tomando por referência argumentos similares afirma o seguinte em seu pronunciamento:

As medidas constantes das emendas que apresento, constituem, de alguma sorte, uma preliminar para a execução dessa parte do programa governamental, no centro e no oeste; e, sob este ponto de vista, maior ainda é a relevância, porque, se o povoamento do território da República é uma medida patriótica e necessária, o povoamento de nossas fronteiras sobretudo das mais longínquas, é um problema de alto valor para a defesa nacional.¹⁰ (Grifo nosso).

O deputado federal Lindolfo Serra, não destoa do “coro” dos que apregoam a necessidade de atenções especiais aos problemas mato-grossenses e afirma o seguinte:

⁹Anais do Senado Federal em 29/10/1892.

¹⁰Anais da Câmara Federal em 22/11/1907.

*O longínquo Mato Grosso com uma navegação deficientíssima, navegação que é feita por entre países estrangeiros, com uma **fronteira aberta e desguarnecida, tendo já sofrido os horrores de uma invasão estrangeira** – bem merecia que o governo se preocupasse seriamente com o seu desenvolvimento, com a sua prosperidade.¹¹(Grifo nosso).*

Pode ser facilmente observado que as falas remetem a temporalidades distintas e com certeza outros extratos poderiam ser incluídos, mas entendemos que os trechos transcritos já nos permitem observações iniciais. A primeira remete exatamente ao fato da visível recorrência e presença nos discursos, de questões que remetem à fronteira apontando para a retomada do tema, considerado pelas elites políticas locais como historicamente não, ou muito mal resolvidos.

A segunda observação é o fato de que a partir dos pronunciamentos destacados emanam representações e podemos salientar o predomínio nos discursos das questões relacionadas à segurança, à ocupação do território e como decorrência a necessidade de investimentos federais. Este eixo argumentativo predominou durante toda a Primeira República e foi por várias diuturnamente reatualizado, não raras vezes vindo aportar na contemporaneidade. A perspectiva com que é vista a fronteira pelas elites políticas esta pautada por imperiosa necessidade de controle, de uma área imensa e cotidianamente marcada não apenas por sua porosidade, como também pela insegurança e não seria exagero dizer pela “barbárie”. É o espaço do “sertão” “inabitado” já que no mapa “civilizador” as populações locais e os grupos indígenas não contam, sua invisibilidade pavimenta o caminho e reforça o ideário de “progresso”, palavra de ordem no início do século XX. O fluxo contínuo do ir e vir, o contato muitas vezes cotidiano entre povos de nações distintas é mais percebido como ausência de regulamentação e o cultivo de relações permissivas que a possibilidade de trocas, sejam materiais ou culturais. A estereotipia presente em relatos de viajantes do século XIX foi prazerosamente incorporada às práticas discursivas das elites locais e litorâneas reforçadoras de impressões negativas de uma espacialidade sem lei, ordem e progresso, temas caros aos propugnadores do nascente regime republicano.

¹¹ Anais da Câmara Federal em 11/1904.

Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, o conceito fundante de representação para a História Cultural é definido da seguinte maneira:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2004: 39).

As representações de Mato Grosso e por decorrência de suas fronteiras estão, portanto, inseridas no interior de *estratégias* individuais ou coletivas dos atores políticos deste Estado, em um *locus* sobremaneira destinado ao discurso, referimo-nos, a tribuna. As representações que servem como pano de fundo para a construção dos seus argumentos, especialmente o da terra “desabitada” e “abandonada” assume um papel galvanizador dos interesses destes representantes. Ao procedermos a limpeza de terreno das falas de natureza estritamente político-partidária, sobra como argumento seminal das manifestações o tema do lugar e do papel desta unidade da federação no concerto nacional.

Evidente que os personagens políticos a que nos referimos possuem condições materiais, conceituais e retóricas e as utilizam em suas intervenções e pronunciamentos onde procuram dar a ver a fronteira de Mato Grosso discorrendo sobre suas singularidades (o desabitado, a imensidão, o desconhecido, ao mesmo tempo o inóspito e o idílico). Em alguma medida, uns com mais e outros com menos eloquência e competência argumentativa tecem uma teia de relação entre distintas percepções acerca da área fronteira à que se referem nuançando determinado aspecto, com claro propósito de retirar do plano meramente regional e lançando para uma escala nacional o tema *fronteira* classificando-a, nominando-a ou se preferirmos, dizendo o que ela é.¹²

¹² Para Roger Chartier: “As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente o que dizem que é”. P. 52.

Considerações finais

Para finalizar entendemos que as elites construíram uma determinada representação de Mato Grosso segundo sua visão de mundo e seus corolários, a fronteira se constituiu em mais um elemento dentro do universo de propósitos pautado pelos deputados e senadores. Neste aspecto podemos afirmar que o significado da palavra fronteira é mutável e adquire sentidos diversos quando se toma em conta a temporalidade em que é utilizada, o espaço onde a mesma é articulada a um determinado discurso e principalmente o olhar e o lugar de onde é construída. Fronteira acaba por adquirir entendimentos distintos segundo os agentes sociais que a utiliza e faz com que conceitualmente sua coloração mude com base nas referências com que é pensada e os objetivos com que é operada.

Dito de outra forma, fronteira ao mesmo tempo em que remete a um conteúdo concreto, apresenta plasticidade no tempo, temos neste sentido um triplo desafio, estar atento ao ator ou personagem histórico que a utiliza, o significado atribuído à palavra em uma conjuntura específica e uma cronologia particularizada que nos remete à um terceiro aspecto, ou seja, os objetivos com que é acessada. Sem ter em conta as distintas dimensões, podemos cair numa perspectiva interpretativa fragmentada e desconexa das diversas forças postas em jogo. O termo fronteira adquiriu o status de conceito historiográfico em função de “uma pluralidade de significações e experiências” (PROST, 2008) com as devidas especificidades deste campo de estudo. Temos, portanto, um enorme desafio do ponto de vista das reflexões e como lidar com esta questão candente em nossa região que perpassa o período colonial atravessa nossa fase imperial e republicana e vem bater no tempo presente.

Cruzar as diversas possibilidades de investigação e narrativas oriundas deste rico e instigante campo historiográfico nos coage a melhor entendê-lo e interpretá-lo.

Referência bibliográfica

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, Contexto, 2009.

BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo horizonte: Autêntica, 2009.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balaço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. São Paulo, 1981. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da FFLCH, USP, São Paulo.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FREIRE, Américo & CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves & ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira: CPDOC, 2002.

GALETTI, Lylia da Silva Gudes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GOMES, Angela de Castro. *Através do Brasil: o território e seu povo*. In: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves ALBERTI, Verena. (Cor.) *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 158.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ZANIRATO, Silvia Helena. *Problemáticas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos em torno de um conceito*. Conferência proferida em Cáceres em 2010, mimeo.